

Brasil pode rediscutir com FMI

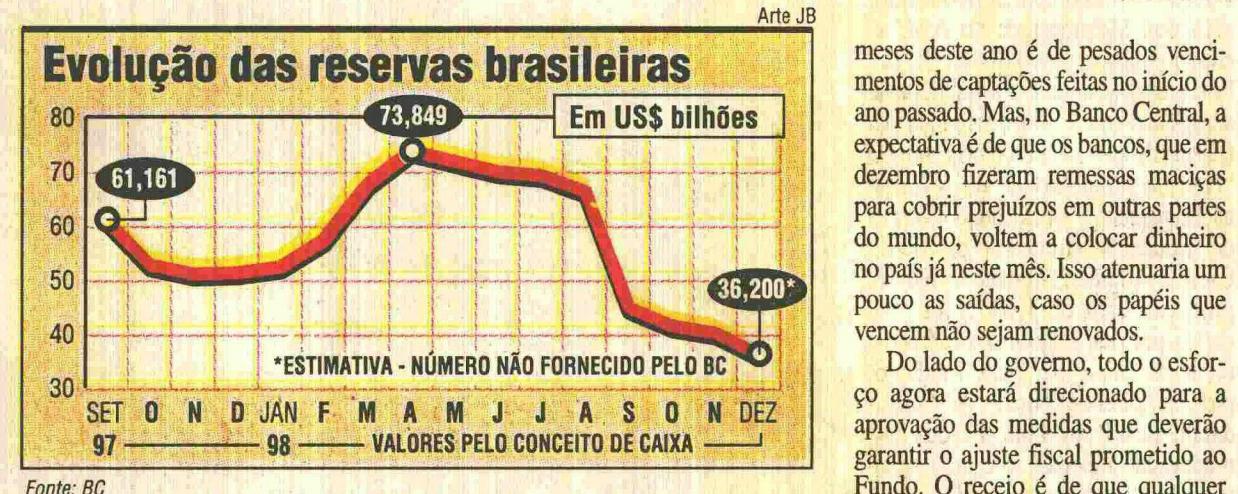
■ Inesperada queda das reservas, provocada por saídas de dólares, obrigaria governo a rever metas, para evitar elevação dos juros

CLODIA SAFATLE

BRASÍLIA — Com reservas internacionais líquidas de US\$ 36,2 bilhões em dezembro, US\$ 2,3 bilhões a menos do que o previsto no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), já se admite, no governo, a possibilidade de rediscussão das metas de crédito interno líquido acertadas com o Fundo. Isso ocorreria em fevereiro, quando a missão técnica do FMI deve vir a Brasília para checar o cumprimento do acordo nos três primeiros meses de sua vigência. Contabilizando o ingresso de dólares do pacote de socorro internacional ao país, as reservas no conceito de caixa ficaram acima do patamar mínimo acertado com o Fundo: cerca de US\$ 45 bilhões. Mas essa conta não é considerada no acordo, pois esses recursos não representam elevação genuína de reservas.

A perda inesperada de reservas é tratada, no acordo, com um único remédio: aumento da taxa de juros. Essa, contudo, é uma medida rejeitada hoje pelo próprio Banco Central, que não vê a menor possibilidade de elevar as já altíssimas taxas, até porque essa providência não está adiantando nada para a atração de capitais externos.

Novidade—A negociação com o Fundo introduziu um elemento novo



na relação entre reservas cambiais e crédito doméstico, ao graduar a possibilidade de compensação, em reais, da perda de liquidez ocorrida com a saída de dólares do país. Se a queda das reservas for de US\$ 2 bilhão além do imaginado, 20% do enxugamento de reais não pode ser reposto. A meta de crédito interno líquido decorre da diferença entre a base monetária (emissão primária de moeda) e a variação das reservas cambiais. Assim, quanto menos reservas, maior a restrição de moeda na economia, mais elevados os juros, menor a atividade econômica e mais desemprego.

Como uma boa parte da redução das reservas estimada no acordo para

meses deste ano é de pesados vencimentos de captações feitas no início do ano passado. Mas, no Banco Central, a expectativa é de que os bancos, que em dezembro fizeram remessas maciças para cobrir prejuízos em outras partes do mundo, voltem a colocar dinheiro no país já neste mês. Isso atenuaria um pouco as saídas, caso os papéis que vencem não sejam renovados.

Do lado do governo, todo o esforço agora estará direcionado para a aprovação das medidas que deverão garantir o ajuste fiscal prometido ao Fundo. O receio é de que qualquer vacilo nessa área represente um diminuição da já baixa credibilidade do Brasil frente aos investidores internacionais. Estes não acreditam que o governo esteja empenhado de corpo e alma na aprovação das medidas do ajuste fiscal e essa descrença se traduz em saídas de dólares do país.

■ O Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) fechou 1998 em 1,66%, a menor inflação da série histórica do levantamento, informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Rio teve a inflação mais alta, com 3,26%, por causa, em grande parte, da alta do ICMS em janeiro do ano passado.